

UMA ANÁLISE POLÍTICA DO PROGRAMA PNLD NA ESCOLA RAUL CÓRDULA: VIABILIDADE, EFETIVIDADE E PROCESSO

Severino Prudêncio da Silva
Severino.prudencio@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

INTRODUÇÃO

O ensino básico na rede pública estadual brasileira é uma problemática muito complexa no qual se liga diversos caminhos entrelaçados por um fator comum, o ensino e aprendizagem.

Caminhos estes que podem sofrer influências de origens bem locais como a formação do professor, o bairro onde se encontra a escola, o planejamento da escola, e a família do aluno. Relaciona-se com outras influências bem mais abrangentes como as políticas públicas voltadas para a educação, no qual destaco o mercado do livro didático.

Tendo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) como principal problemática discutida neste artigo, se torna necessário analisar eventos e processos de várias escalas no qual por muitas vezes a prioridade não é a educação, conseqüentemente pode acarretar uma precarização do ensino público a qual é direcionada a política do PNLD. De acordo com o Ministério da Educação (MEC),

“O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.” (MEC, 2014)

Antes de analisar essa política é de fundamental importância entender que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996), Art. 4º, inciso VIII, O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, em todas as

etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Compreendemos em Mantovani (2009, p. 33), que em 1985, foi promulgado o decreto n.91.542, que institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando como mudanças: Indicação do livro feita pelos professores, o início da reutilização do livro, e a expansão para 1ª e 2ª séries das escolas públicas; também acabou com a participação financeira dos estados, controlando todos os recursos.

Percebemos que desde a criação, o PNLD iniciou sua contribuição como política pública educacional, fundamental no avanço da distribuição de livros em escolas públicas brasileiras. Como nos mostra o objetivo principal de tal programa é o de “adquirir e distribuir, de forma universal e gratuita, livros didáticos para todos os alunos da escola pública do ensino fundamental no Brasil”. (MANTOVANI, 2009, p. 33.)

É importante mencionar que nos anos iniciais do PNLD os livros não passaram por critérios de avaliação de qualidade, somente na década de 1990 é que surgem preocupações referentes a esse assunto. Realizaram-se avaliações iniciais no ano de 1994, a partir de então, o processo foi expandido e as avaliações foram sistematizadas ao longo dos programas. Tais metas e controles de avaliação ficaram sob o controle do Ministério da Educação.

No caso da avaliação brasileira, percebemos que a avaliação dos livros tem como objetivo estabelecer um padrão mínimo de qualidade, sem, no entanto deixar de respeitar a livre iniciativa na sua produção.

Seguido nesse contexto, estudar o PNLD requer uma pesquisa muito abrangente para chegar a alguma conclusão sobre como é regida e por que é tão questionada essa política do estado. É preciso avaliar e analisar tudo que engloba o livro, por quem eles são feitos? Quem os avalia? Quais os critérios dessa avaliação? Como chega à escola? Como as escolas os distribuem para os alunos? E como eles são utilizados por ambos os professores e alunos?

Diante deste cenário o presente trabalho que é resultado de uma atividade desenvolvida pelo programa institucional de bolsa de iniciação a docência-PIBID subprojeto de geografia, tem como objetivo Entender nas entrelinhas a política nacional do livro didático PNLD, analisar como funciona

na escola Raul Córdula e qual a sua viabilidade e efetividade na mesma, estudando especificamente a matéria de Geografia no ensino médio.

METODOLOGIA

A pesquisa está dividida em duas etapas, a primeira trata-se de uma revisão bibliográfica com finalidade de entender nas entrelinhas a política do Programa nacional do livro didático-PNLD.

A segunda foi realizada através de um questionário com perguntas abertas, aplicado diretamente com os professores que lecionam geografia na escola, tendo como objetivo recolher informações que permita avaliar como está sendo efetuado o programa PNLD na escola.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Ao estudar o "[portal.mec.gov.br/escolha do livro didático](http://portal.mec.gov.br/escolha-do-livro-didatico)" junto ao Guia PNLD-2012, percebi que as coleções selecionadas são apresentadas e recomendadas para escolha dos professores das escolas públicas brasileiras através do Guia de Livros Didáticos do PNLD. Esse guia além de apresentar os critérios que foram estabelecidos para seleção dos livros contidos no mesmo, os professores também irão encontrar resenhas das obras que foram recomendadas com o objetivo de colaborar no processo de escolha do livro que mais se aproximem a realidade desejada para os estudantes e que se adequei ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Na análise do Guia de Livros Didáticos do PNLD, apresenta-se uma grande variedade de livros com critérios bem abaixo na avaliação, para tentar entender o porquê a presença dos demais no Guia, é preciso levar em consideração a grande influência que os empresários exercem nas políticas públicas do Brasil, pois sabemos que o comércio dos livros didáticos é regido pelas grandes editoras tornando a venda desses livros em um negócio muito lucrativo.

KIMURA, 2008 destaca que "as políticas públicas são, na maior parte das vezes as grandes responsáveis pelas situações existentes em muitas escolas públicas do país". Associado essa citação da autora ao PNLD, podemos destacar o grande negócio que se tornou a distribuição dos livros didáticos no Brasil. Uma edição da revista ÉPOCA 2011 deixa bem nítido esses

jogos de interesses, de acordo com a revista, o Brasil tem o maior programa de livros didáticos do mundo. Nesse mercado bilionário, rodeado de desconfianças e pressões de bastidores, a disputa entre as editoras é feroz. Ter uma obra reprovada pelo controle de qualidade do Ministério da Educação (MEC) significa perder posições preciosas na disputa comercial e deixar de faturar muito dinheiro.

Isso justifica o grande interesse dessas editoras com a distribuição do livro didático, substituindo a qualidade pela quantidade, ainda de acordo com o mesmo periódico semanal, e fazendo uma avaliação a respeito do faturamento das editoras nos anos que vão de 2009 a 2011, as cinco maiores editoras desse mercado faturaram acima de cem milhões de reais por ano, com livros aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Dando início a análise do PNLD na escola Raul Córdula, através de questionários percebemos que os quatro professores de geografia que compõem o corpo docente da escola conhecem o programa, e participarão da última análise do Guia-PNLD 2012, que resultou na escolha da atual coleção de livro didático de geografia para o ensino médio (Território e sociedade no mundo globalizado, ed. Saraiva).

Um dos professores relata que “O processo de escolha foi baseado em características como: contextualização, definições adequadas, exercícios, desafios, e etc”.

Os professores alegaram que foram escolhidas duas coleções, porém um ressaltou que a sua escolha não foi a que chegou, “Não foi a que optei, mas como a maioria escolheu esse, uso, mas não gosto muito e utilizo textos de outros livros”. Dos quatro professores, dois não gostam dos livros, isso se torna um pouco contraditório, se partimos do princípio de que os professores tem quatorze opções de livros para a sua escolha segundo Guia-PNLD 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os dados e as confirmações presentes no decorrer do artigo é sucinto concluir a respeito das seguintes informações, como foi perceptível o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa federal antigo que sofreu reformulações com o intuito de favorecer o ensino aprendizagem, entretanto por ser um projeto que movimenta uma grande quantidade de

dinheiro ocasionou o surgimento de um comércio que buscava o lucro e não o aprendizado.

Esse comércio que circula o PNLD ocasiona uma série de problemas que por muitas vezes se sobrepõem ao principal objetivo do Programa que é a melhoria do ensino aprendizado. No entanto, pode-se perceber que nos últimos anos as instituições estão procurando os livros que mais suprem suas carências, é de exemplo à escola Raul Córdula, no qual há realmente um processo com reuniões e debates que resulta na escolha desses livros.

REFEÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 – Geografia**. Brasília: MEC, 2014.

MANTOVANI. K. P. **O programa nacional do livro didático – PNLD: Impactos na qualidade do ensino público**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia. São Paulo, 2009.

REVISTA ÉPOCA. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/sociedade/noticia/2011/08/> acesso em:
01/02/2014.

KIMURA, Shoko. **Escola: uma teia de relações** In: KIMURA, shoko. **Geografia no ensino Básico: Questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.